

# SUMÁRIO

## 1

<b>EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO JURÍDICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>13</b>
1. Introdução .....	13
2. Base principiológica do direito da criança e adolescente na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente .....	15
3. Disposições preliminares do ECA.....	17

## 2

<b>DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>19</b>
1. Dos direitos fundamentais.....	19
1.1 Direito à vida.....	20
1.2 Direito à saúde .....	22
1.2.1 Direito à vacinação obrigatória.....	26
1.3 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	27
1.4 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer .....	29
1.4.1 <i>Homeschooling</i> (educação domiciliar).....	32
1.5 Direito à profissionalização .....	33
2. Política de atendimento.....	34
2.1 Entidades de atendimento .....	37

### 3

## DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA..... 39

1. Do direito à convivência familiar.....	39
1.1 Procedimento de entrega do filho para adoção.....	42
1.1.1 Quadro resumo do procedimento de entrega.....	43
1.2 Programa de apadrinhamento.....	43
2. Conceito de família.....	44
3. Família substituta.....	46
4. Guarda.....	47
4.1 Revogabilidade e coisa julgada da sentença de guarda.....	48
4.2 Compatibilidade da guarda com o direito de visita dos pais.....	48
4.3 Guarda por avós.....	49
4.4 Direito de representação processual.....	49
5. Tutela.....	49
5.1 Tutela testamentária.....	50
6. Adoção.....	50
6.1 Características da adoção.....	50
6.2 Vedações no tocante à adoção.....	51
6.2.1 Adoção por procuração.....	51
6.2.2 Adoção por ascendente e irmão.....	51
6.2.3 Adoção do tutelado ou curatelado.....	52
6.2.4 Idade.....	52
6.3 Requisitos para adoção.....	53
6.3.1 Requisitos subjetivos.....	53
6.3.2 Requisitos objetivos.....	53
6.3.2.1 Idade.....	54
6.3.2.2 Consentimento dos pais e do adolescente.....	54
6.3.2.3 Precedência do estágio de convivência.....	54
6.3.2.4 Prévio cadastramento.....	55
6.4 Adoção internacional.....	56
6.5 Adoção à brasileira.....	56
6.6 Procedimento para adotar.....	57
7. Procedimento de perda ou suspensão do poder familiar.....	60
7.1 Legitimidade ativa.....	61

7.2	Petição inicial.....	62
7.3	Concessão de liminar.....	63
7.4	Citação e defesa do réu.....	63
7.5	Instrução e sentença.....	64
<b>4</b>		
	<b>DA PREVENÇÃO.....</b>	<b>65</b>
1.	Prevenção.....	65
2.	Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos.....	68
3.	Prevenção à venda de produtos e serviços.....	69
4.	Prevenção referente à autorização para viajar.....	70
<b>5</b>		
	<b>MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....</b>	<b>73</b>
1.	Conceito de medidas de proteção.....	73
2.	Princípios norteadores.....	74
3.	Medidas específicas de proteção.....	75
3.1	Acolhimento institucional.....	76
3.2	Acolhimento familiar.....	77
4.	Competência para aplicação das medidas protetivas.....	77
<b>6</b>		
	<b>CONSELHO TUTELAR E MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>79</b>
1.	Conselho tutelar.....	79
1.1	Requisitos para ser conselheiro e composição.....	80
1.2	Processo de escolha.....	80
1.3	Atribuições.....	81
1.4	Impedimentos.....	84
1.5	Definição do conselho tutelar competente.....	84
2.	Medidas pertinentes aos pais e responsáveis.....	85

## 7

### **ATO INFRACIONAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.... 89**

1.	Ato infracional.....	89
2.	Medidas socioeducativas.....	91
2.1	Aplicação do princípio da insignificância aos atos infracionais.....	91
2.2	Da prescrição das medidas socioeducativas.....	92
2.3	Espécies de medidas socioeducativas .....	94
2.3.1	Medida de advertência .....	95
2.3.2	Obrigação de reparar o dano .....	96
2.3.3	Medida de prestação de serviços à comunidade .....	97
2.3.4	Medida de liberdade assistida .....	98
2.3.5	Medida de semiliberdade.....	99
2.3.6	Medida de internação .....	100
2.3.6.1	Internação provisória.....	102
2.3.6.2	Internação por prazo indeterminado ou internação sentença.....	103
2.3.6.3	Internação por prazo determinado ou internação sanção.....	105
2.3.6.4	Liberação compulsória .....	106
2.3.6.5	Possibilidade de atividade externa .....	106
3.	Procedimento de apuração do ato infracional.....	107
3.1	Apreensão do adolescente .....	107
3.2	Atuação da autoridade policial .....	109
3.3	Apresentação ao Ministério Público.....	110
3.3.1	Arquivamento dos autos .....	111
3.3.2	Remissão .....	111
3.3.3	Representação.....	113
3.3.4	Audiência de apresentação .....	114
3.3.5	Audiência de continuação.....	114
3.3.5.1	Possibilidade de dispensa da audiência de continuação ante a confissão do adolescente.....	115
3.3.6	Sentença .....	116

## **8**

### **ACESSO À JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 119**

1. Acesso à justiça.....	119
2. Justiça da infância e da juventude.....	120
2.1 Competência .....	121
2.2 Portaria e alvará .....	123
3. Sistema recursal do ECA .....	124
3.1 Preparo.....	125
3.2 Prazos.....	125
3.3 Prioridade de tramitação .....	126
3.4 Apelação.....	126
4. Ministério Público.....	127
5. Advocacia.....	130
6. Defensoria Pública .....	131
7. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos .....	131

## **9**

### **DOS CRIMES..... 135**

1. Noções gerais .....	135
2. Crimes em espécie .....	137

## **10**

### **INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS ..... 153**

1. Introdução .....	153
2. Infrações administrativas em espécie .....	154

## **11**

### **SINASE..... 161**

1. Introdução .....	161
2. Repartição de competências.....	162
3. Plano individual de atendimento .....	164
4. Principais disposições sobre a execução das medidas socioeducativas.....	166

## **12**

<b>ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025).....</b>	<b>171</b>
1. Introdução .....	171
2. Produtos e serviços de tecnologia da informação.....	175
3. Mecanismo de aferição de idade.....	177
4. Supervisão parental.....	178
5. Redes sociais .....	180
6. Prevenção e reporte de violações graves.....	181
7. Sanções.....	184
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>187</b>